



CONGRESSO NACIONAL

MPV 302

00065

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 05/07/07	proposição Medida Provisória nº 302/2006			
autor Dep. Jovair Arantes	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

O art. 17 da MP 302, de 2006, que no seu Art. 17 dá nova redação ao Art. 4º da Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, passa a ter o seguinte Parágrafo único:

"Art. 4º. ....

Parágrafo único - A GIFA de que trata o *caput* deste artigo devida às aposentadorias e às pensões nas seguintes condições:

- a) as que vierem a ocorrer antes de transcorrido o período a que refere à parte final do *caput* deste artigo aplica-se o percentual máximo a que o servidor faria jus se estivesse em atividade;
- b) as que ocorreram antes da vigência desta Lei aplica-se o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 10.910, de 1º de julho de 2004.

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A concessão das vantagens conferidas pela legislação proventos da inatividade é devida pela PARIDADE entre ativos e inativos, de acordo com a regra Constitucional (Art. 40, § 8º). A legislação em vigor quanto à concessão da Gratificação de Atividade Tributária – GAT, confere aos proventos das aposentadorias e pensões a integralidade remuneratória.

Agora, em relação à GIFA é criada a distinção na concessão percentuais, pois pretende conferir apenas 50% do valor da GIFA.

Trata-se de gratificação cujo objetivo é abranger todos os serviços envolvidos na atividade, ainda que para tanto se aprecie também a contribuição de cada um ao resultado obtido (conforme RE 397872-DF, relator o ministro Carlos Brito



19.11.2004).

Em contexto dessa natureza, o legislador deve preservar a aplic da **PARIDADE** pela extensão do valor igual das vantagens aos proventos de inativos pensões. Tem esta emenda o objetivo impedir o rompimento da isonomia entre ativos e inativos, imperativo constitucional que não pode ser afastado em razão de outra norma própria Carta (ADIn 1.835, relator o Ministro Sepúlveda Pertence, RTJ 172/439).

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006

PARLAMENTAR

DEP. JOVAIR ARANTES

